



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

ATA DA 84ª (OCTOGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Sessão realizada aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar Wolney Freitas de Azevedo França, com os trabalhos do 1º vice-presidente Michael Borges de Souza, do 2º vice-presidente Thiago Fernandes da Silva, do 1º secretário Gustavo Negócio de Freitas e da 2ª secretária Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Marcos Antônio Gomes da Silva, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária, informando que esta seria a primeira Sessão Ordinária do dia, de um total de duas Sessões e convidando o vereador Thiago Fernandes para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Matheus, capítulo 26, versículo 41. O Presidente solicitou à 2ª secretária a leitura da ata da 59ª (quingentésima nona) Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de junho de 2024. O Presidente agradeceu à 2ª secretária e iniciou a discussão da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o Presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Pareceres da Comissão Permanente de Saúde: Parecer ao Projeto de Lei n. 201/2021 - "autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador César Augusto de Paiva Maia); Parecer ao Projeto de Lei n. 255/2023 - "dispõe sobre a Política de Prevenção e Combate às Amputações em Pacientes Diabéticos e dá outras

Câmara
conecta

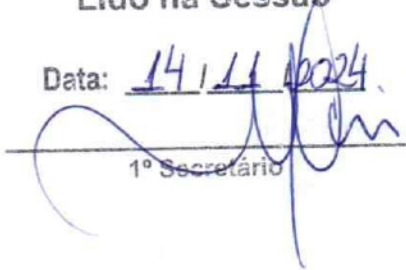
Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 14/11/2024



1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 14/11/2024



1º Secretário



providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador César Augusto de Paiva Maia); Indicação n. 1539/2024, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 1550/2024 e 1560/2024, de autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo; Indicações ns. 1534/2024 e 1535/2024, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Indicações ns. 1540/2024 e 1541/2024, de autoria do vereador Wolney Freitas de Azevedo França. O 1º secretário informou que o expediente foi lido. O Presidente agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições, que teve como orador inscrito o vereador Michael Borges. O Presidente convidou o vereador Michael Borges para ocupar a tribuna. O tribuno iniciou seu pronunciamento saudando a todos, em especial aos servidores presentes, ACSs (Agentes Comunitários de Saúde) e ACEs (Agentes de Combate as Endemias). Na data de hoje haverá a votação de um dos projetos mais importantes da Casa. Esse projeto amplia as penalidades para quem pratica assédio moral em Parnamirim. Será votado o Projeto de Lei n. 074, que diz que condenados por assédio moral não podem assumir cargos de chefia na cidade por cinco anos após a condenação. A penalidade afasta do serviço público quem pratica assédio moral e trabalha para qualquer grupo político, perpetuando a ocupação em funções de chefia, garantindo que as perseguições sejam contínuas. Pessoas que perseguem servidores desde o governo de Agnelo Alves, mesmo com todas as leis, políticas, ações e campanhas contra o assédio. Ainda assim o assédio continua. Há pessoas que acham que tem as costas tão largas que tem a ousadia de invadir uma Câmara de vereadores para fazer ameaças. Mas não fui eleito para me acovardar, mas para ter posição. Defendo o servidor, goste quem gostar. Jamais abrirei mão de estar ao lado do servidor. Seu mandato tem sido um filtro para projetos que possam causar danos ao servidor. Citou como exemplo o passe livre e argumentou que não dá para garantir uma melhoria social em detrimento de outra classe trabalhadora. Isso estava acontecendo no texto





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

desta lei. Não pode haver redução da remuneração dos servidores. A maioria dos servidores na cidade recebe auxílio transporte porque recebe até dois salários mínimos, independentemente da escolaridade. Há profissionais de nível médio-técnico até doutorados que contam com esse recurso. Não é justa a redução. Conversou com os envolvidos, incluindo o presidente da Câmara, para elaborar uma solução. Ficou alinhado que a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) irá apresentar emenda em decorrência da lei do passe livre, não poderá haver redução da remuneração dos servidores. Não podem ter a remuneração diminuída, uma saída alternativa deve ser encontrada. Não pode trazer prejuízo para os profissionais. O vereador Michael Borges pediu um pronunciamento do vereador Thiago Fernandes e cedeu o aparte. Em aparte, o vereador, explicou que, junto aos demais membros da CCJ, analisou uma emenda e apresentou, para evitar a redução na remuneração dos servidores. Será apresentada em seguida para votação no Plenário, já aprovada pela CCJ, para que conste no projeto de lei final. Para evitar prejuízos, já que muitos utilizam o recurso para diversas finalidades e que é necessário a renda que muitas vezes é baixa. Finalizou. O tribuno agradeceu. Fez um apelo à Comissão de Finanças: precisa de um compromisso da Casa. Os servidores querem que o projeto seja votado antes das eleições. Tem que aproveitar a condição de equilíbrio na Casa agora. Não sabemos quem de nós retorna após as eleições e como estará o cenário político. O risco de deixar para depois é muito grande. As comissões precisam ser céleres na conclusão dos pareceres. Temos que assegurar que a votação seja antes do resultado eleitoral, para que a lei seja aprovada com as emendas. Em aparte, o vereador Marquinhos da Climep, da Comissão de Finanças, disse que quando a matéria chegar na Comissão, será tratada de forma veloz. Nunca essa Casa votou contra o servidor não será agora que vamos nos acovardar. Finalizou. O tribuno, vereador Michael Borges parabenizou e concordou. Afinal, foram nove Planos de Cargos aprovados. A Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público foi criada, antes os

Câmara
conecta

Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

servidores eram impedidos de entrar na Casa. Hoje temos edis que trabalham para acelerar e aprovar as matérias a benefício do servidor. No momento ela pode ser votada. Essa matéria não cria benefício, ela salva um direito. Em breve as vedações do período eleitoral impedirão a votação de diversas matérias. Relembrou o histórico das aprovações dos Planos de Cargos nos últimos anos, durante a gestão do Prefeito Taveira. Debates com muitos servidores, participando de fóruns e orientando a elaboração de cada um dos Planos. São dez no total. Não existe categoria que não tenha Planos de Cargos. Agradeceu a todos que se mobilizaram para vir à Câmara. A presença é fundamental para avançar nesses projetos. Os servidores estão unidos contra a prática do assédio moral. Não aceitaremos perseguição de nenhuma ordem. Porque colegas foram perseguidos, diminuídos, assediados e estão tomando tarja preta e até hoje os assediadores não tiveram nenhuma punição. Isso vai mudar. A partir de hoje, teremos uma lei estabelecendo uma penalidade clara e objetiva. Assediadores não tem capacidade de assumir função de chefia e não assumirão por cinco anos. Pediu o voto dos vereadores para fazer justiça com cada servidor que já sentiu na pele o que são os danos causados por assédio moral. Finalizou. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatada também a presença dos vereadores Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa e Lindovaildo Soares de Azevedo. Ausentes os (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Ítalo de Brito Siqueira e Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. O Presidente solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**, verificando que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo

Câmara
conecta

Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Thiago Fernandes da Silva e Wolney Freitas de Azevedo França. Atingido o quórum de deliberação exigido, o Presidente procedeu à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: *Projeto de Lei n. 074/2024 – “dispõe sobre a vedação de acesso para Cargos de provimento em Comissão de Chefia, Direção ou Assessoramento, no âmbito do município de Parnamirim/RN, de pessoa condenada por prática de assédio moral” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza). *Projeto em regime de urgência, conforme Requerimento Legislativo n. 072/2024 aprovado na 49ª Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2024 – em discussão, o vereador Michael Borges declarou “já falei demais, vou falar mais um pouquinho, senhor Presidente”. O coração se enche de alegria para poder dar uma resposta à altura para as pessoas que acharam que no grito e na pressão poderiam impedir o vereador de exercer seu papel como defensor do servidor público. Vou dar um sim bem grande para um projeto que é de minha autoria, mas é vontade de todos os servidores de Parnamirim. Aqui estão presentes apenas os efetivos, que ninguém pode pressionar e ameaçar de demissão. Tem profissionais que não são efetivos e que sofrem na pele um assédio pior. Hoje aqui fazemos justiça, meu voto é sim e peço o mesmo voto de todos os edis. Finalizou. Em votação, recebeu quatorze votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. O 1º secretário, vereador Gustavo Negócio, solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e votação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 074/2024. O Presidente aceitou o pedido do 1º secretário e submeteu ao Plenário, em única discussão e única votação, em seguida, o citado Requerimento Verbal foi aprovado pelos parlamentares presentes. O Presidente informou que ainda hoje a matéria chega ao Poder Executivo; *Projeto de Lei n. 129/2024 – “concede abono especial, no mês de agosto de 2024 em razão da celebração do “Dia dos Pais”, para os

Câmara
conecta

Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL





servidores do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Parnamirim/RN, e determina outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora).

*Projeto em regime de urgência, conforme Requerimento Legislativo n. 111/2024 aprovado na 74ª Sessão Ordinária, dia 13 de agosto de 2024 – recebeu quatorze votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. O 1º secretário, vereador Gustavo Negócio, solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e votação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 129/2024. O Presidente aceitou o pedido do 1º secretário e submeteu ao Plenário, em única discussão e única votação, em seguida, o citado Requerimento Verbal foi aprovado pelos parlamentares presentes. *Projeto de Lei n. 132/2024 – “abre crédito especial e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal). *Projeto em regime de urgência, conforme Requerimento Legislativo n. 112/2024 aprovado na 79ª Sessão Ordinária, dia 21 de agosto de 2024 – em discussão, o vereador Michael Borges explicou que a abertura de crédito é para garantir o transporte público para as crianças irem para a escola, diante das dificuldades que vem enfrentando para comparecer as aulas. Finalizou. Recebeu quatorze votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. O 1º secretário, vereador Gustavo Negócio, solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e votação da Redação Final ao Projeto de Lei n. 132/2024. O Presidente aceitou o pedido do 1º secretário e submeteu ao Plenário, em única discussão e única votação, em seguida, o citado Requerimento Verbal foi aprovado pelos parlamentares presentes. O Presidente informou que ainda hoje a matéria chega ao Poder Executivo. Encerradas as deliberações, foi constatado que restaram faltosos os vereadores César Augusto de Paiva Maia, Ítalo de Brito Siqueira e a vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos às dez horas e dez minutos, convocando para a próxima Sessão, em cinco minutos, antecipando a Sessão Ordinária





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

da quinta-feira. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA

Vereador/Presidente

MICHAEL BORGES DE SOUZA

Vereador/1º Vice-presidente



Thiago Fernandes
THIAGO FERNANDES DA SILVA

Vereador/ 2º Vice-presidente

GUSTAVO NEGÓCIO DE FREITAS

Vereador/1º Secretário

ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA

PIRES

Vereadora/2º Secretária

Câmara
conecta

Câmara
Digital

CÂMARA
CULTURAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 14/11/2024

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 14/11/2024

1º Secretário